



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/07/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Lupi promete reduzir fila do INSS até dezembro e fala em contratar servidores e financiar horas extras

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, falou à GloboNews nesta quarta-feira (19) sobre o combate à fila da Previdência. Ele comentou o anúncio do governo de uma medida provisória que pretende criar um programa para enfrentar a fila do INSS, que até o momento, já ultrapassou 1,7 milhão de pessoas.

“É bom a gente esclarecer à população que existem tipos de filas diferentes. São quase 16 tipos de filas. E é uma fila que vem de herança”, contou o ministro.

Lupi explicou que até 2006 não existia fila no INSS porque a marcação de atendimentos era presencial. Depois, a partir de 2006 surgiu o agendamento por telefone, que se manteve ainda sem filas. E a partir de 2014, com o programa Meu INSS, os pedidos começaram a ser registrados e isso, segundo ele, gerou um acúmulo de mais de 1,780 milhão de pessoas aguardando alguma resposta da Previdência.

“Nós, desde janeiro, estamos estudando a forma de fazer o enfrentamento dessa fila. E essa forma foi discutida com o Ministério da Gestão, o Ministério da Casa Civil. Foi um planejamento para que até dezembro desse ano a gente consiga enquadrar todos que têm espera em até 45 dias, que é o máximo que a lei permite”

Lupi contou que por mês, o INSS recebe cerca de 780 mil pedidos, e que por isso ele acredita que mesmo com o trabalho, a fila não vai deixar de existir. Apesar disso, ele crê que o pagamento de serviço extra para servidores possa fazer com que a meta seja atingida. Para isso, ele pretende que sejam chamados mais de 3 mil servidores concursados.

“É por tarefa. A tarefa pode ser desenvolvida presencialmente ou em casa, porque são processos já existentes. Hoje em torno de 4 mil funcionários querem participar desse mutirão de enfrentamento à fila, e cerca de 1.500 médicos da área de perícia fazendo também. (...) A parte do INSS terá R\$ 68 por processo a mais, e com a perícia, que é uma área que tem nível superior, R\$ 75 a mais”, explicou.

Saiba mais em: G1, quarta-feira 19 de julho.

Conselho da Previdência fará mutirão para julgar BPC e pensão do INSS

O CRPS (Conselho de Recursos da Previdência Social) dará início, em agosto, a um mutirão para julgar processos que tratem sobre o direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) e à pensão por morte pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A medida integra plano do governo federal de dar andamento à fila de pedidos por benefícios previdenciários. Nesta terça-feira (18), medida provisória instalou o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social.

O CRPS, órgão responsável por julgar os recursos de segurados contra negativas do INSS, tem hoje um estoque de 1 milhão de pedidos pendentes. Do total, 860 mil aguardam julgamento e 140 mil esperam exame médico pericial.

O mutirão foi determinado por meio de portaria do Conselho da Previdência, publicada em 12 de julho. Segundo o documento, as ações para redução da fila de espera ocorrerão durante quatro meses, de agosto a novembro.

Em agosto e setembro, serão julgados os recursos que tratam de pensão por morte. Atualmente, há 37,8 mil processos do tipo no CRPS.

Em outubro e novembro, será a vez do BPC, benefício concedido a idosos e deficientes de baixa renda. Neste caso, serão julgados recursos de idosos, que somam 28,6 mil processos no conselho.

Segundo a portaria, cada conselheiro das chamadas unidades julgadoras deverá pautar, nos meses correspondentes a essa ação extraordinária, o mínimo de 93 processos de pensão por morte e 68 de BPCs do idoso. Além disso, todos os processos de pensão e BPC do idoso deverão ser pautados para julgamento até o dezembro deste ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 19 de julho.

Explosão da dívida com precatórios preocupa Justiça

O relatório do Tesouro Nacional virou assunto de conversas entre ministros do Supremo, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e magistrados federais.

No texto, está escrito que a despesa pública vai dar um salto para 20% do PIB em 2027. Em 2022, ela foi de 18,2% do PIB.

Isso ocorrerá porque em 2027, primeiro ano do mandato do próximo presidente, vencerá o prazo definido pela emenda constitucional que repesou os pagamentos de precatórios. Lá na frente, eles terão de ser pagos de uma vez só, gerando um pico de gasto estimado pelo Tesouro em cerca de R\$ 200 bilhões.

Somente em 2032, ainda segundo o relatório, a despesa cairá para 17,8% do PIB.

Precatórios são títulos de dívida do governo com sentenças judiciais definitivas. O não pagamento significa descumprimento da decisão.

Em 2021, no entanto, o Congresso promulgou uma emenda constitucional, criando uma fila de pagamento desses títulos com base no Orçamento da União.

Mesmo assim, até mesmo precatórios de origem alimentar, aqueles de valores mais baixos de cunho social (aposentadoria, pensão, entre outros), deixaram de ser pagos diante das restrições orçamentárias.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 19 de julho.

Bancos oferecem desconto de até 96% e parcelamento em dez anos no Desenrola

Bancos que aderiram ao Desenrola Brasil oferecem condições especiais para que seus clientes renegociem suas dívidas. As instituições apresentam descontos de até 96%, além de prazo de até dez anos para pagar. A faixa 2 do programa anunciado pelo governo federal começou nesta segunda-feira (17).

A reportagem consultou 14 instituições financeiras, entre bancos públicos, privados e digitais, a fim de apurar quais condições de pagamento podem ser obtidas pelos correntistas.

À Folha, Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa, Daycoval, Inter, Itaú, PagBank, Pan e Santander confirmaram que participarão do programa. Clientes poderão entrar em contato com os bancos para quitar dívidas adquiridas entre 2019 e 2022.

O BMG preferiu não se manifestar. O Daycoval disse que estuda as condições que serão oferecidas ao público e que as anunciará em breve. O Nubank não respondeu à reportagem. Já o Mercantil disse que avalia a adesão ao programa e o C6 afirmou que está em processo de cadastramento, reforçando que "os bancos têm até o dia 27 de julho para se habilitarem no Desenrola Brasil".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 19 de julho.

Haddad altera data da reforma do Imposto de Renda e prevê envio só no fim do ano

Após prever a apresentação da reforma do Imposto de Renda para agosto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (18) que o governo enviará o projeto ao Congresso apenas após a aprovação da reestruturação dos tributos sobre o consumo. "[Será] mais para o fim do ano", afirmou aos jornalistas.

Segundo Haddad, a Fazenda ainda vai começar as discussões internas sobre a proposta de reforma da tributação sobre a renda, mas adiantou que a ideia é de que a desoneração da folha de salários entre de "forma combinada" nessa segunda fase.

Para o ministro seria muito ruim misturar a discussão da folha de pagamentos com a reforma que está no Senado. "Você vai misturar assuntos muito diferentes e comprometer a reforma sobre o consumo", avaliou.

O ministro disse ainda que não pretende aproveitar o projeto de reforma da tributação da renda enviada pelo governo de Jair Bolsonaro ao Congresso. O projeto de taxação de dividendos com redução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) chegou a ser aprovado pela Câmara em 2021, mas não avançou no Senado. "Não devemos aproveitá-la, não. Nesse caso é lei ordinária, não é PEC. E não contamos com isso para bater meta (de déficit primário)", completou.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 19 de julho.